



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO**
**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*: SABERES E PRÁTICAS PARA A
DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL I SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR –
TEORIA X PRÁTICA**

Lorena de Aro Soares

Catanduva – SP

2018

Lorena de Aro Soares

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL I SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR –
TEORIA X PRÁTICA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Catanduva, como requisito básico para a conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu*: Saberes e Práticas para a Docência no Ensino Fundamental I.

Orientador(a): Prof. Me. Ricardo Rodrigues Jimenez

Co-orientador(a): Prof. Me. João Antônio Rocha

Catanduva – SP

2018

S676r

Soares, Lorena de Aro

Relatos de experiência de professores do Ensino Fundamental I sobre a inclusão na Escola Regulas: teoria x prática / Lorena de Aro Soares. - Catanduva, SP: IFSP, 2018.

34 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Rodrigues Jimenez

Co-orientador : João Antônio Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Saberes e Prática para a docência do Ensino Fundamental I) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1. Deficiência. 2. Escola regular. 3. Inclusão I. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

CDD: 371.9

LORENA DE ARO SOARES

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL I SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR –
TEORIA X PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Catanduva como requisito parcial para conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu*: Saberes e Práticas para a Docência no Ensino Fundamental I.

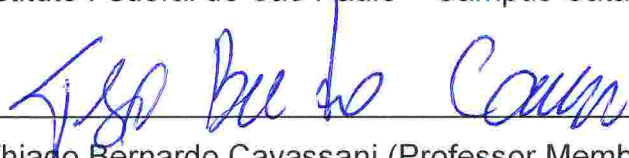
Orientador: Prof. Me. Ricardo Rodrigues Jimenez

Co-orientador: Prof. Me. João Antônio Rocha



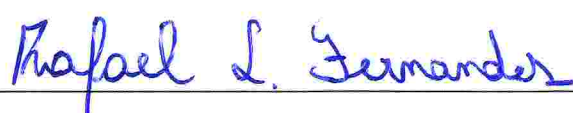
Ricardo Rodrigues Jimenez (Orientador)

Instituto Federal de São Paulo – Campus Catanduva



Thiago Bernardo Cavassani (Professor Membro 1)

Instituto Federal de São Paulo – Campus Catanduva



Rafael Lilli Fernandes (Professor Membro 2)

Instituto Federal de São Paulo – Campus Catanduva

Catanduva - SP, 28 de Novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Ricardo Rodrigues Jimenez, por toda paciência com as minhas dúvidas, por toda força e incentivo ao longo desse ano e principalmente, por compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos.

Agradeço também aos meus pais, meus irmãos e meus amigos que sempre me encorajaram a dar e a buscar o melhor de mim em tudo que faço.

Finalmente, agradeço de coração às minhas amigas de sala, que estiveram comigo em todos os momentos desse ano tão importante para mim. Tatiana, Nayara, Eloá, Patrícia e Keyla, obrigada por tudo!

“Se eu dou direitos iguais a quem está em situação desigual, eu mantenho a desigualdade.”

João Antônio Rocha

RESUMO

Atualmente, a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade é um assunto que vem ganhando força e visibilidade. Entretanto, sabe-se que muito ainda tem de ser feito para que esse processo possa ser realizado com êxito. A partir daí, é proposto neste trabalho conhecer como funciona o processo de inclusão dentro da rede regular de ensino. Para atingir este objetivo, foram selecionados vinte (20) professores de Ensino Fundamental I, da rede Municipal da cidade de Catanduva, para responder a um questionário contendo perguntas que contemplavam desde os tipos de deficiência com que esses professores trabalham e/ou trabalharam, informações a respeito da sua formação inicial/continuada, conhecimento sobre a legislação específica de Educação Especial, sua opinião sobre o processo de inclusão dentro da escola regular, bem como seus sentimentos diante da atual situação. Posteriormente as respostas foram organizadas em gráficos e comparadas com a legislação vigente, permitindo uma reflexão e análise dos possíveis contrastes presentes nesse processo. Finalmente, a pesquisa possibilitou apontar que a realidade do processo de inclusão vivenciado dentro da escola regular ainda caminha devagar, e nem tudo que está previsto na lei acontece de fato dentro das escolas. É fundamental que esse processo seja revisto, replanejado com novas estratégias, métodos e recursos, e que novas pesquisas seja feitas para que se tenha informações sobre os possíveis entraves presentes nesse processo.

Palavras-chave: Deficiência. Educação Especial. Escola Regular. Inclusão.

ABSTRACT

Currently, the inclusion of people with disabilities in society is a subject that is gaining strength and visibility. However, it is known that a great deal has yet to be done in order for this process to be successful. From this, it is proposed in this work to know how the process of inclusion within the regular network of education works. To achieve this goal, twenty (20) Primary School Teachers I, from the municipal network of the city of Catanduva, were selected to answer a questionnaire containing questions ranging from the types of deficiency with which these teachers work and / or worked, information about their initial / continuing education, knowledge about specific Special Education legislation, their opinion about the inclusion process within the regular school, and their feelings about the current situation. Later the answers were organized in graphs and compared with the current legislation, allowing a reflection and analysis of the possible contrasts present in this process. Finally, the research made it possible to point out that the reality of the inclusion process experienced within the regular school still walks slowly, and not everything that is foreseen in the law actually happens within the schools. It is essential that this process be reviewed, redesigned with new strategies, methods and resources, and that further research be done to provide information on the possible obstacles in this process.

Keywords: Deficiency. Special education. Regular School. Inclusion.

Meu nome é Lorena de Aro Soares, nasci e fui criada na cidade de Catanduva – SP.

Sou professora de Educação Especial, formada em curso de Licenciatura em Educação Especial pela UFSCar – São Carlos. Comecei minha graduação em 2009, e concluí em 2012.

Minha vida profissional como professora teve início no ano de 2013, quando retornei à minha cidade natal e comecei a trabalhar na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Após dois anos de efetivo trabalho na instituição, no ano de 2015 ingressei como professora da rede regular de ensino do Município de Catanduva, por meio de processo seletivo. Dessa forma, iniciei meu primeiro trabalho como professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O AEE é um atendimento voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, realizado no contra turno da sala regular, planejado e desenvolvido de acordo com o diagnóstico, faixa etária, necessidades e nível de desenvolvimento em que cada aluno se encontra.

Desde então permaneço na mesma função, passando por várias escolas e níveis de ensino. Foram oito (8) escolas até o momento, sendo três (3) de educação infantil e cinco (5) de ensino fundamental I e II.

Dessa forma, tive a oportunidade de conhecer um pouco sobre a realidade de algumas escolas no que diz respeito ao processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino. E assim, presenciar as dificuldades presentes no cotidiano escolar, a falta de recursos, infraestrutura, espaço físico, como também a falta de preparo e formação por parte dos professores e demais funcionários das escolas para lidar com esses alunos.

Foi então que surgiu a ideia, pela necessidade, de aprofundar os estudos referentes ao processo de inclusão dentro da escola regular. Coletar informações a respeito do cotidiano desses alunos e professores, dar espaço aos professores para que pudessem expor suas experiências, opiniões e angústias e, a partir daí refletir sobre possíveis estratégias para melhoria e efetivação desse processo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS	12
2.1 Objetivo Geral	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
3. DESENVOLVIMENTO	13
4. A Educação Especial na Rede Regular de Ensino.....	14
5. Resultados e Análise de Dados	19
6. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no ambiente da escola regular tem sido tema de várias discussões em âmbito educacional.

Segundo Glat e Nogueira,

“Este tema, que por tanto tempo, salvo algumas experiências isoladas, ficou restrito ao debate em congressos e textos da literatura especializada, hoje torna-se proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, e determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal”. (GLAT&NOGUEIRA, 2003, p.134).

A grande questão é a forma como essa inclusão ocorre, se a escola está preparada para isso, qual é a formação dos professores para receber um aluno com deficiência em sala de aula, quais os recursos que as políticas e a escola disponibilizam para promover a inclusão, se existe um apoio que incentive e direcione essa inclusão, visando o desenvolvimento, bem estar e integração entre professores, alunos com deficiência, os demais alunos e funcionários da escola.

O Art 2º da Resolução Nº 2 de 11 de Setembro de 2001, presente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aponta que:

Art. 2º - “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001).

Recursos, espaço físico, materiais específicos e apropriados, profissionais capacitados, são algumas condições básicas necessárias que interferem diretamente na construção do processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular, e a falta de uma dessas condições ou mais pode acarretar sérias consequências que atrapalhem e até impeçam que esse processo aconteça.

A falta de formação, por exemplo, e na maioria das vezes, de informação, por parte dos professores, demais profissionais da área e do próprio sistema de ensino, fazem com que, na maioria das vezes, os alunos sejam divididos em dois grupos: os alunos com deficiência, e os alunos sem deficiência, o que acaba diferenciando e separando os alunos como se estes não pertencessem ao mesmo universo. Isso sem falar na diferenciação de cor, classe social, crença religiosa, opção sexual, entre outros aspectos, como se o aluno não fosse sua individualidade,

particularidade e identidade, mas sim, fragmentos impostos pela sociedade e sua cultura, muitas vezes equivocada.

O fascículo A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, discorre sobre essas identidades e a maneira como elas devem ser respeitadas e valorizadas:

“Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais.

Na perspectiva da inclusão escolar, as identidades são transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os alunos não são categorizáveis, não podem ser reunidos e fixados em categorias, grupos, conjuntos, que se definem por certas características arbitrariamente escolhidas”. (2010, p. 7)

Outro aspecto importante a ser considerado são as práticas de ensino utilizadas por esses professores, seus métodos, recursos e estratégias, que têm grande influência nesse processo de inclusão, pois dizem respeito ao que está sendo oferecido ao aluno e de que forma. Como essa prática inclui o aluno? Quais os métodos utilizados pelos professores? Os conteúdos são adequados? Promovem o entendimento, a inclusão e aprendizagem?

Tais questionamentos nos permitem ter uma ideia inicial do quão complexo é o processo de inclusão. Que não se trata apenas de garantir o direito a uma vaga na escola regular para o aluno que possui algum tipo de diagnóstico, mas refletir sobre esse processo, seus objetivos, sua funcionalidade e efetividade.

Glat e Nogueira (2003, p. 137) afirmam que:

“O professor, no contexto de uma educação inclusiva precisa, muito mais do que no passado, ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças, e não com um modelo de pensamento comum a todas elas”. (Glat & Nogueira, 2003, p. 137)

Portanto, é necessário repensar sobre o preparo dos professores de sala regular, se possuem formação específica para lidar com o público da educação especial, como também nas orientações dadas aos demais alunos ao receberem um colega com deficiência, quais os meios que a escola lança mão para promover a inclusão e analisar as possíveis adaptações e flexibilizações do currículo escolar de maneira que atenda as especificidades de cada aluno.

Para isso, é fundamental que se tenha conhecimento dos direitos garantidos por lei, tanto para a escola, quanto para os alunos com deficiência no momento em

que são inseridos na rede regular de ensino.

O capítulo II do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 4º, assegura que:

“Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas”. (BRASIL, 2015)

O Art. 8º do mesmo documento discorre sobre os direitos da pessoa com deficiência em diversas áreas, enfatizando a prioridade e efetivação desses direitos, como sendo dever do Estado, da sociedade e da família.

Entretanto, sabe-se que na prática, nem todas as leis funcionam de fato como deveriam.

Portanto, a escola regular deve ser de fato uma escola inclusiva e, para isso, sua organização, seu sistema de ensino e seus professores devem estar preparados para o processo de inclusão.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino/legislação vigente.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar como se dá o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular;
- b) Conhecer e analisar a opinião de professores sobre esse processo dentro da rede regular de ensino;
- c) Comparar a realidade vivenciada no cotidiano escolar com o que a legislação vigente garante para a escola, alunos e professores;
- d) Verificar possíveis entraves presentes nesse processo.

3. DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa foi realizada com professores(as) do município de Catanduva – SP, que lecionam em sala regular do Ensino Fundamental I e que possuem alunos com deficiência em suas salas de aula.

Visando conhecer um pouco mais sobre a realidade dessas salas de aula, cada professor(a) respondeu a um questionário com perguntas sobre o processo de inclusão.

As respostas foram analisadas, comparadas entre si e posteriormente com a legislação correspondente à inclusão de alunos deficientes no ensino regular.

3.1 METODOLOGIA

Escolheu-se utilizar o questionário, com respostas dissertativas, como metodologia de pesquisa pois este garante mais liberdade ao professor participante no momento de responder às questões.

Os professores(as) participantes da pesquisa serão abordados fora de seu ambiente de trabalho e terão suas identidades preservadas, sendo identificados(as) apenas por informações gerais como o sistema de ensino (público/privado) e ano em que lecionam.

A seguir, serão destacados alguns pontos primordiais, que merecem atenção, quando se fala de educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola regular.

4. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE REGULAR DE ENSINO

O Art. 58 da Lei nº 9.394/96, compreende a educação especial como modalidade da educação escolar oferecida, de preferência, na rede regular de ensino, tendo como público alvo alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sendo ofertado desde a educação infantil e estendendo-se ao longo da vida.

Em seguida, o Art. 59 da mesma lei, assegura, em seus parágrafos, os direitos desses alunos dentro dos sistemas de ensino:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

O Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu parágrafo III, assegura Atendimento Educacional Especializado (AEE), prioritariamente na rede regular de ensino, à criança e ao adolescente que possua diagnóstico de algum tipo de deficiência. Sua matrícula acontece de forma concomitante à matrícula no ensino regular e o aluno frequentará o atendimento em horário oposto ao da sala regular.

De acordo com Ropoli (2010), o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno,

[...] visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola". (ROPOLI, 2010).

O mesmo documento ainda aponta a importância do atendimento ser realizado na mesma escola em que o aluno frequenta o ensino regular, e a proposta do professor do AEE ser articulada com a do professor de sala comum,

pois ambos os profissionais se encontram em ambiente escolar e podem discutir as necessidades dos alunos e só assim, elaborar estratégias e métodos para que esse aluno se desenvolva ao máximo em suas competências. Além disso, o AEE deve estar previsto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, bem como a sala onde ocorrerá o atendimento, os recursos necessários para para a realização desses atendimentos, a matrícula dos alunos e os profissionais capacitados.

Finalmente, Ropoli (2010) ressalta que:

“A organização do Atendimento Educacional Especializado considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças”. (ROPOLI, 2010).

Quando se fala em inclusão, é necessário repensar sobre os vários aspectos que abrangem esse termo. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) apontam que a inclusão exige uma reformulação do sistema educacional, ou seja,

“Uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço competente e democrático para trabalhar, com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada”. (BRASIL, 2001).

A Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), nos traz uma definição de escola inclusiva, totalmente voltada para as necessidades dos alunos:

“Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades”. (Unesco, 1994)

A partir disso, pode-se afirmar que para transformar a escola em um ambiente inclusivo é necessário mais do que matricular o aluno em sala regular, mas estar atento às suas especificidades e às maneiras de atender suas demandas. É dar prioridade ao que de fato faz diferença na vida desse aluno, é formar cidadãos capazes de interagir, refletir, opinar, participar ativamente da vida em sociedade, tendo plena consciência de suas escolhas, seus direitos e deveres.

Dessa forma, subentende-se que a legislação está voltada para o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Entretanto, é necessário saber

se o que está previsto em lei corresponde com a realidade vivenciada por alunos e professores em ambiente escolar.

Outro item fundamental a ser citado aqui é o currículo escolar, que planeja, define e orienta os docentes quanto aos conteúdos a serem estudados, de que maneira e quando cada conteúdo deve ser trabalhado.

Para isso, é importante considerar a realidade da escola, dos alunos, suas necessidades e potencialidades, sua cultura e valores. O currículo deve planejar estratégias que visam extinguir qualquer obstáculo, barreira ou dificuldade que possam interferir na aprendizagem do aluno.

Nessa perspectiva, os Saberes e Práticas da Inclusão – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, traz o PPP como documento norteador da prática educativa e da elaboração do currículo, tendo como objetivo a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, bem como o acesso ao conhecimento e suas possibilidades, considerando:

- a atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
- a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação;
- a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículo;
- a flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos;
- a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional. (MEC, 2005)

O Art. 26 da LDBEN define:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996).

Apesar de terem base comum em todos os níveis de ensino, é primordial que o currículo seja construído contemplando as necessidades reais do alunado em questão, ou seja, no caso de alunos com deficiência, deve-se repensar as práticas escolares, os conteúdos a serem abordados, a funcionalidade de cada conteúdo na vida desses alunos, os métodos utilizados e os recursos de que a escola dispõe

para a concretizar as metas traçadas.

Concomitante ao processo de elaboração do currículo, podemos destacar a importância das formas de avaliação utilizadas pelo professor e pela escola para acompanhar o aprendizado dos alunos.

Os Saberes e Práticas da Inclusão – Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais apontam que,

[...] “a avaliação, enquanto processo, tem como finalidade uma tomada de posição que direcione as providências para a remoção das barreiras identificadas, sejam as que dizem respeito à aprendizagem e/ou à participação dos educandos, sejam as que dizem respeito a outras variáveis extrínsecas a eles e que possam estar interferindo em seu desenvolvimento global”. (MEC, 2005).

É necessário que quem avalia (re)conheça o aluno além do seu diagnóstico. Suas dificuldades, potencialidades, seu cotidiano e sua realidade. Basear-se apenas no diagnóstico impede a aproximação do professor com as necessidades reais desses alunos, fazendo com que a prática avaliativa se torne um processo vazio e com poucos ou nenhum resultado.

Oliveira e Campos (2005) caracterizam a avaliação como estratégia capaz de definir as condições de aprendizagem do aluno bem como sua relação com o que está sendo ensinado. É necessário que suas etapas permitam uma investigação do desempenho escolar, oferecendo contribuições para o planejamento e desenvolvimento de novos métodos e recursos que possibilitem alcançar o objetivo estabelecido por cada professor em cada disciplina.

Dessa forma, é fundamental que a escola e o corpo docente estejam voltados para a avaliação, sua organização e aplicação de maneira que o aluno seja o foco principal, tendo como objetivo final um mapeamento de todo aprendizado que o aluno alcançou, como também os conteúdos que ele ainda não compreendeu, não internalizou. Só assim o professor terá subsídios para replanejar e elaborar suas práticas educativas e novas maneiras de conduzir suas aulas.

A avaliação deve ser flexível, deve estar em constante movimento, acompanhando seu público alvo, visando atender as necessidades desses alunos, pois da mesma forma que tem o poder de promover a aprendizagem, o desenvolvimento, avanços e progressos, pode também desencorajar, desestimular, levar ao desânimo e ao insucesso.

Tudo depende da forma como a avaliação é construída e aplicada, e dos objetivos que se tem ao utilizar a avaliação como ferramenta educacional.

5. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

O documento As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) traz uma elucidação sobre a inclusão dentro da sociedade:

“A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional”. (BRASIL, 2001).

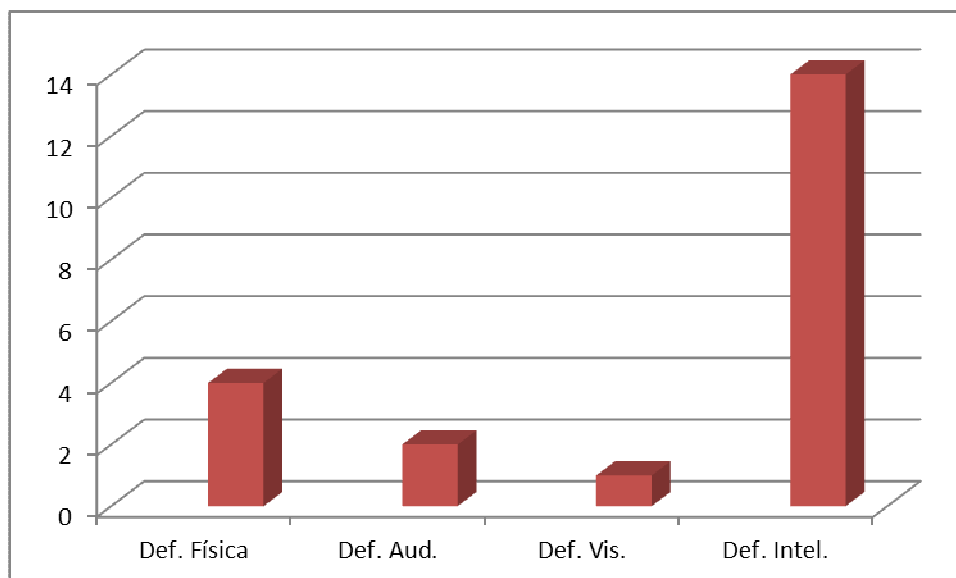
O trecho acima nos aponta a relevância de estratégias e modificações nos meios em que vivemos para que se possa integrar a pessoa com deficiência de maneira concreta e significativa. Aponta ainda que não basta apenas o indivíduo ter acesso às diferentes esferas sociais, mais do que isso, é fundamental garantir maneiras de permanência e aproveitamento dentro desses meios, com respeito e dignidade.

A presente pesquisa teve seu foco voltado para a inclusão no âmbito educacional, sendo assim, pretende-se aqui analisar os questionários respondidos pelos professores participantes da pesquisa, seus relatos e respostas, o que pode ser considerado mais relevante e fundamental para discorrermos sobre a realidade vivenciada por esses profissionais frente à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, e os possíveis contrastes existentes entre essa realidade e a legislação vigente.

Após recolher todos os questionários respondidos, foi feito um levantamento das respostas dadas pelos professores, de maneira que fosse possível organizar as respostas que se aproximavam pela semelhança de opinião.

Em seguida, foram construídos gráficos para ilustrar os resultados obtidos na pesquisa.

O primeiro gráfico se refere às deficiências encontradas nas salas de aula dos professores entrevistados.



Dentro da Deficiência Intelectual os professores também citaram a Síndrome de Down, o Autismo e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

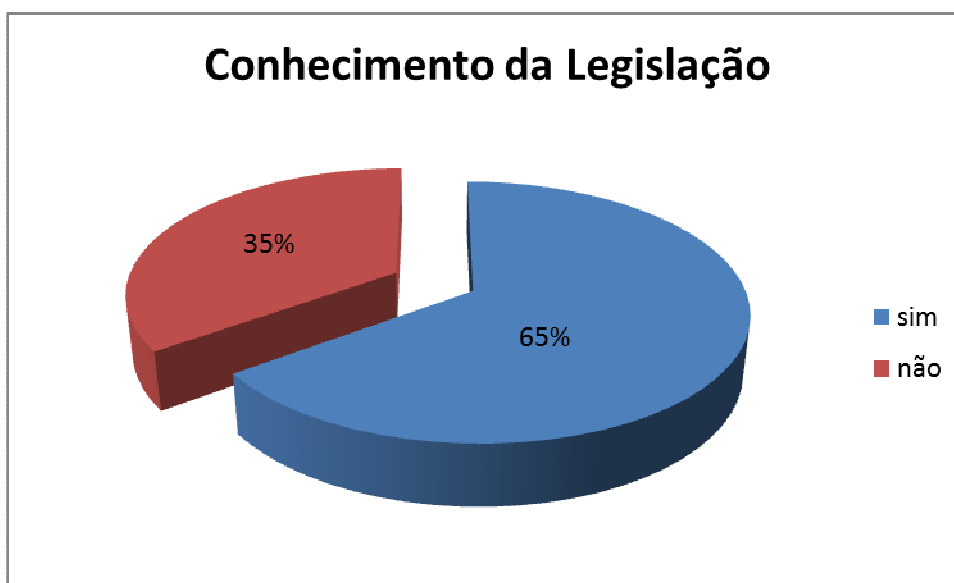
Todos os professores afirmaram que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contempla o tema inclusão.

Quando questionados sobre os recursos (materiais pedagógicos, jogos, computadores, tecnologia assistiva, entre outros) que o município disponibiliza para a escola e os professores, no intuito de auxiliar na inclusão de alunos com deficiência, 60% dos professores declararam que nenhum recurso é disponibilizado nesse sentido.



Os outros 40% mencionaram como recurso o AEE, que na realidade não se encaixa como recurso, mas, como previsto no fascículo A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, o AEE “complementa e/ou suplementa a formação do alunos, visando sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino”.

Mais da metade dos professores entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre a legislação específica de Educação Especial.



Referente à essa legislação podemos mencionar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o fascículo A Educação Especial na Perspectiva da Educação Escolar, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Saberes e Práticas da Inclusão, entre outros.

Com relação a opinião dos professores sobre a inclusão de alunos com alguma deficiência na escola regular, 60% deles afirma reconhecer a importância desse processo tanto para o aluno quanto para a escola que o recebe.



A seguir, foram selecionadas respostas de alguns professores sobre essa questão:

“Acredito que tenha como ponto positivo a socialização, a interação e a igualdade de ensino.”

“É um avanço alcançado ao longo do tempo, que não pode retroagir.”

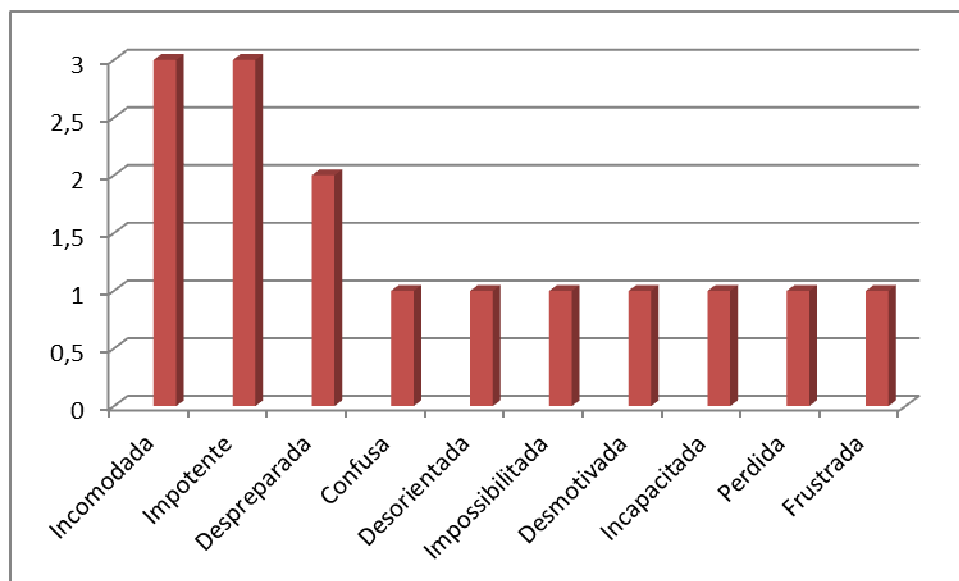
“Importante, pois dá oportunidade à pessoas que durante muito tempo foram excluídas da sociedade.”

“É encontrar nas diferenças o ponto de equilíbrio da igualdade, valorizar cada ser em sua própria essência, sem se deixar envolver por rótulos ou pré conceitos sem fundamentos.”

Entretanto, apesar de os professores participantes da entrevista afirmarem que possuem conhecimento sobre a legislação específica do tema em questão, que a inclusão é contemplada no PPP das escolas em que lecionam e ainda, reconhecerem a importância desse processo dentro do ambiente escolar, 85% deles admitiu que a legislação vigente não é aplicada de maneira satisfatória ou total no dia a dia da sala de aula.

Na última questão, os professores registraram relatos a respeito dos seus sentimentos diante desse processo e, ao analisar as respostas, foi possível comprovar que nenhum dos participantes da pesquisa relatou sentimentos positivos.

Os termos que mais apareceram foram “incomodada”, “despreparada” e “impotente”. Além disso, foram utilizados termos como “confusa”, “desorientada”, “desmotivada”, “incapacitada”, “frustrada”, entre outros.



Para exemplificar e transmitir esses sentimentos de maneira mais completa e contextualizada, foram selecionados alguns trechos das respostas dadas pelos professores:

“Triste em saber que a inclusão deveria ocorrer de maneira a auxiliar os alunos com necessidade mais isso infelizmente não acontece.”

“A inclusão não é apenas o aluno estar dentro da sala de aula, mas fazer parte dela, tendo suas diferenças respeitadas.”

“O fato de estar ali para ensinar, e por vezes não saber o que seria melhor para este aluno me deixa com uma sensação de incompetência.”

“Triste, preocupada e desmotivada. É muito difícil ver toda a dificuldade dos alunos e não conseguir supri-las.”

“Desconfortável e indignada.”

“Me sinto muitas vezes de mãos atadas, pois pela falta de tempo durante as aulas e de materiais que poderia ser utilizados em sala, eu não consigo fazer um bom trabalho para atingir os objetivos necessários para a formação desse aluno.”

“Desmotivada e incapacitada diante de tal situação, onde tudo de mais perfeito só vem escrito no papel, quando na realidade nada acontece.”

“Diante dessa situação me sinto incomodada pois, o sistema não dá subsídios para ajudar estes alunos com dificuldades e também não dá capacitação para saber como lidar com cada patologia.”

“Muitas vezes me sinto frustrada, pois hoje o professor deveria passar por capacitações, ter em sala de aula cuidadores ou apoio para essas crianças com necessidades, aí sim o professor conseguiria com certeza fazer um trabalho mais focado e de maior qualidade, porém, não é essa a realidade, não é o que acontece.”

Diante dos resultados obtidos, é possível perceber que é necessária uma reformulação de ideias, planos e métodos, quando se trata de inclusão.

Como afirmam Góes e Laplane (2007), “a escola deve ter por objetivo possibilitar o mesmo acesso, o que não significa oferecer sempre os mesmos meios”.

Dessa maneira, é necessário compreender que o aluno deve estar em primeiro lugar, seguido de suas especificidades que devem ser atendidas de maneira que o aluno se sinta parte integrante da sala de aula e da escola, respeitado dentro da sua individualidade, alguém que pode e deve interagir e participar ativamente de seu processo educacional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) direcionam ações para esse processo, defendendo a ideia de que o foco não deve ser a deficiência do aluno, mas sim a escola e o ensino, assim como as condições de aprendizagem ofertadas por essa escola. Não procurar o problema no aluno, mas sim, meios que a escola deve proporcionar para que esse aluno tenha bom desenvolvimento e avanços no processo educativo.

Finalmente, admitindo que não é o aluno que deve se ajustar à escola e aos padrões de normalidade impostos por ela, mas sim a escola que tem o dever de se modificar para atender às necessidades de seus alunos.

6.CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos pode-se concluir que apesar de a legislação vigente ser, em teoria, bastante completa e presente nos projetos político-pedagógicos das escolas, e de os professores, de alguma forma, terem tido contato com ela em algum curso de capacitação ao longo da sua carreira, o processo de inclusão, ou seja, a aplicação da legislação na realidade vivida em sala de aula ainda não se concretizou por completo.

Esta conclusão está refletida na angústia descrita pelos professores, auferida nas respostas dos questionários, diante da demanda real vivida por cada um deles no seu dia a dia profissional.

Sendo assim, a pesquisa nos traz a necessidade de um replanejamento por parte da rede regular de ensino, de maneira que a inclusão esteja em primeiro plano, não apenas no ato da matrícula do aluno com deficiência, mas sim no cotidiano escolar, dentro e fora da sala de aula, presente nas diferentes disciplinas e atividades escolares.

O professor é peça chave nesse processo, pois tem como principal função mediar a relação do aluno com o conhecimento, seus interesses e descobertas, juntamente com o conhecimento prévio que esse aluno traz consigo, como também suas dificuldades e potencialidades. O que reflete na necessidade de preparar esse professor com cursos de capacitação e formação continuada para receber um aluno com deficiência em sua sala de aula.

Entretanto, apenas a formação específica não é suficiente se esse professor não dispor de recursos materiais para por em prática suas estratégias de ensino. É fundamental que a escola se prepare para receber alunos com deficiência, começando por um currículo flexível, que se adeque ao aluno e às suas necessidades. Segundo os Saberes e Práticas da Inclusão – Estratégias, não é necessário elaborar um novo currículo,

[...] “mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (MEC, 2005).

Dessa forma, é possível que o aluno se sinta acolhido como indivíduo que integra a escola, como participante ativo da comunidade que a compõe, o que proporciona um melhor rendimento escolar, maior interesse e significado dentro do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando assim, seu crescimento e desenvolvimento em âmbito educacional, pessoal, emocional, afetivo e social.

Tais reflexões sugerem possíveis métodos para o avanço do processo de inclusão na escola regular, entretanto, apontam a necessidade de novas pesquisas a respeito do tema aqui discutido, pois somente por meio de estudos, pesquisas e investigações é que será possível atingir o conhecimento necessário para modificar a realidade desses professores e alunos citados na pesquisa de maneira apropriada, justa e eficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: **Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional**. Estabelece as e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm &hl=pt-BR>
Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.
Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001.

GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Comunicações. Ano 10; n. 1, 134-143, jun. 2003.

MEC/SEESP. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S., CAMPOS, T. E. **Avaliação em Educação Especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência**. Estudos em Avaliação Educacional, Marília, v. 16, n. 31, p. 53, jan./jun. 2005.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**/Edilene Aparecida Ropoli... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

SENADO FEDERAL/COORDENAÇÃO DE EDIÇÕES TÉCNICAS. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: 2015. Disponível em:
<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>
Acesso em: 20 de Março de 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Acesso em: 12 mar. 2018.

APÊNDICE A – Modelo de Questionário

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CÂMPUS CATANDUVA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I SOBRE A INCLUSÃO NA
ESCOLA REGULAR – TEORIA x PRÁTICA

Orientador(a): Prof. Me. Ricardo Rodrigues Jimenez

Co-orientador(a): Prof. Me. João Antônio Rocha

Aluna: Lorena de Aro Soares

QUESTIONÁRIO

1- A escola que você leciona é da rede pública ou particular de ensino?

2- Em que ano do Ensino Fundamental você leciona?

3- O que você acha da inclusão na escola regular?

4- Você conhece a legislação básica sobre o processo de inclusão?

5- Quantos alunos de inclusão você tem na sua sala de aula?

6- Quais tipos de deficiência eles possuem?

7- Você possui formação específica ou já fez algum curso de capacitação para trabalhar com alunos deficientes?

8- O município onde você leciona já ofereceu ou oferece formação continuada/especialização na área de educação especial?

9- Quais meios você utiliza para avaliar o aprendizado dos alunos com deficiência?

10-Você utiliza algum instrumento da legislação na sua sala de aula ou nos seus planos de aula?

11-O Projeto Político Pedagógico da sua escola contempla a inclusão?

12- Você acha que os sistemas de ensino aplicam a legislação no dia-a-dia escolar?

13- A escola/município que você leciona disponibiliza os recursos necessários para você trabalhar com os alunos de inclusão?

14- Como você se sente em relação a essa situação?

OBS.: Os professores(as) participantes da pesquisa não terão sua identidade divulgada. Não identifique seu nome neste questionário.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Comitê de Ética em Pesquisa**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**Relatos de experiência de professores do ensino fundamental I sobre a inclusão na escola regular – Teoria x Prática**”. Os objetivos deste estudo são conhecer e compreender melhor a realidade e as opiniões de professores de Ensino Fundamental I diante da inclusão de alunos com deficiência em suas salas de aula, como também a legislação que contempla essa temática. Você foi selecionado porque é professor de Ensino Fundamental I da Rede Regular de Ensino e sua participação não é obrigatória, nem remunerada. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário com perguntas sobre o processo de inclusão na escola regular. Não foram constatados riscos, pois esta é uma pesquisa de cunho educacional sem identificação do entrevistado. Os benefícios relacionados à sua participação são uma reflexão acerca do tema inclusão e possíveis melhorias desse processo diante dos dados coletados. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois os questionários utilizados não necessitam de identificação, além disso, em caso de publicação de trabalhos relacionados ao projeto, seu nome nunca será citado. Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Prof. Me. Ricardo Rodrigues Jimenez
Orientador(a)
E-mail: ricardo.jimenez@ifsp.edu.br
Rua Joaquim Ramos Picão, 121 – Planalto Verde –
Ribeirão Preto
Telefone: (17) 3524-9710

LORENA DE ARO SOARES
Estudante de Pós-Graduação
E-mail: lorenadearosoares@yahoo.com.br
Rua Uchôa, 596 – Vila Amêndola – Catanduva
Telefone: (17) 99105-1578

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Pedro Vicente, 625 Canindé – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3775-4569
E-mail: cep_ifsp@ifsp.edu.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da Pesquisa

Assinatura e nome